

INTRODUÇÃO

A partir de Mandel (1982), compreendemos que o Estado sob o modo de produção capitalista apresenta diferentes funções: a) garantir as condições gerais de produção; b) reprimir qualquer ameaça a ordem social estabelecida; e c) integrar as classes dominadas a partir da prevalência da ideologia dominante. No atendimento a estas diferentes funções há diferentes interesses: econômicos, políticos e sociais.

O fundo público se coloca como elemento essencial para que as funções do Estado sejam garantidas, a partir daquele o Estado capta recursos da sociedade e os direciona para políticas públicas. O fundo público é disputado, por um lado, pelas diferentes frações da burguesia e, por outro, pelos trabalhadores.

De acordo com Carneiro (2018), nos Governos Lula e Dilma ocorreu dominância da fração bancário-financeira do bloco no poder, tendo contado com forte participação da grande burguesia interna – agronegócio, capital produtor e exportador de commodities, empreiteiras e grandes grupos de comércio varejista. Esta fração de classe buscou junto com aqueles Governos realizar uma perspectiva (neo)desenvolvimentista, tendo uma atuação contundente no mercado interno e externo (MASCARENHAS, 2016).

Para que as políticas esportivas fossem desenvolvidas ao longo dos Governos analisados, foram necessários recursos públicos. Carneiro e Mascarenhas (2018) apresentam que o financiamento público do esporte é formado por recursos orçamentários, extraorçamentários e gastos tributários. Os recursos foram disputados por diferentes frações e sujeitos, estando articulados a diferentes interesses.

Os meandros da política esportiva durante os Governos Lula e Dilma possuem relação direta com seu financiamento e gasto. Temos como objetivo analisar os diferentes interesses envolvidos na disputa pelo financiamento e gasto com esporte nos Governos Lula e Dilma.

Este estudo é descritivo-analítico, tem caráter quantitativo-qualitativo e se apoiou em levantamento documental. O período de análise vai de 2004 a 2015, referentes aos Planos Plurianuais dos Governos Lula e Dilma. A coleta de dados foi realizada no Portal Transparência no Esporte. Os dados foram analisados a partir da metodologia desenvolvida por Carneiro e Mascarenhas (2018). Todos os dados financeiros foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), a preços de 2015.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo de 2004 a 2015 o esporte teve R\$ 29,69 bilhões de recursos públicos federais (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2019). Apresentamos na Tabela 1 as fontes de financiamento e direcionamento do esporte.

Tabela 1. Fontes de financiamento e direcionamento do gasto com esporte – Série 2004 a 2015 (valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2015 em milhões de R\$).

Fonte/Direcionamento	EAR	EELIS	Infraestrutura	Megaeventos	Gestão	Total
Orçamento	1.078,31	2.355,91	6.515,14	4.959,37	1.576,06	16.484,79
Extraorçamento	4.957,27	901,48	-	289,76	771,69	6.920,20
Gasto tributário	1.409,74	3.724,02	-	1.151,92	-	6.285,68
Total	7.445,32	6.981,41	6.515,14	6.401,05	2.347,75	29.690,67

Fonte: Transparência no Esporte (Elaboração própria).

A fonte orçamentário foi composta de recursos ordinários e de loterias direcionados pelo Ministério do Esporte (ME), Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Cultura (MinC) para a função “Desporto e Lazer” e/ou suas subfunções: “Desporto de Rendimento”, “Desporto Comunitário” e “Lazer”. Os recursos extraorçamentários se referem a recursos de patrocínio das estatais sem incentivo fiscal, os recursos de loterias repassados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para entidades esportivas – Comitê Olímpicos Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e clubes de futebol – e a contribuição sobre



salários e transferências de atletas profissionais recebidos pela Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP) e Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (FENAPAF). Além disso, há os gastos tributários que se referem a isenções e desonerações tributárias na função “Desporto e Lazer”.

Nos valem da categoria de gasto proposta por Carneiro e Mascarenhas (2018) para analisar o direcionamento gasto esportivo, são elas: Espore de Alto Rendimento (EAR); Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS); Infraestrutura; Megaeventos; e Gestão. A seguir na Figura 1, apresentamos um panorama dos diferentes interesses envolvidos no financiamento e gasto com esporte ao longo dos Governos Lula e Dilma.

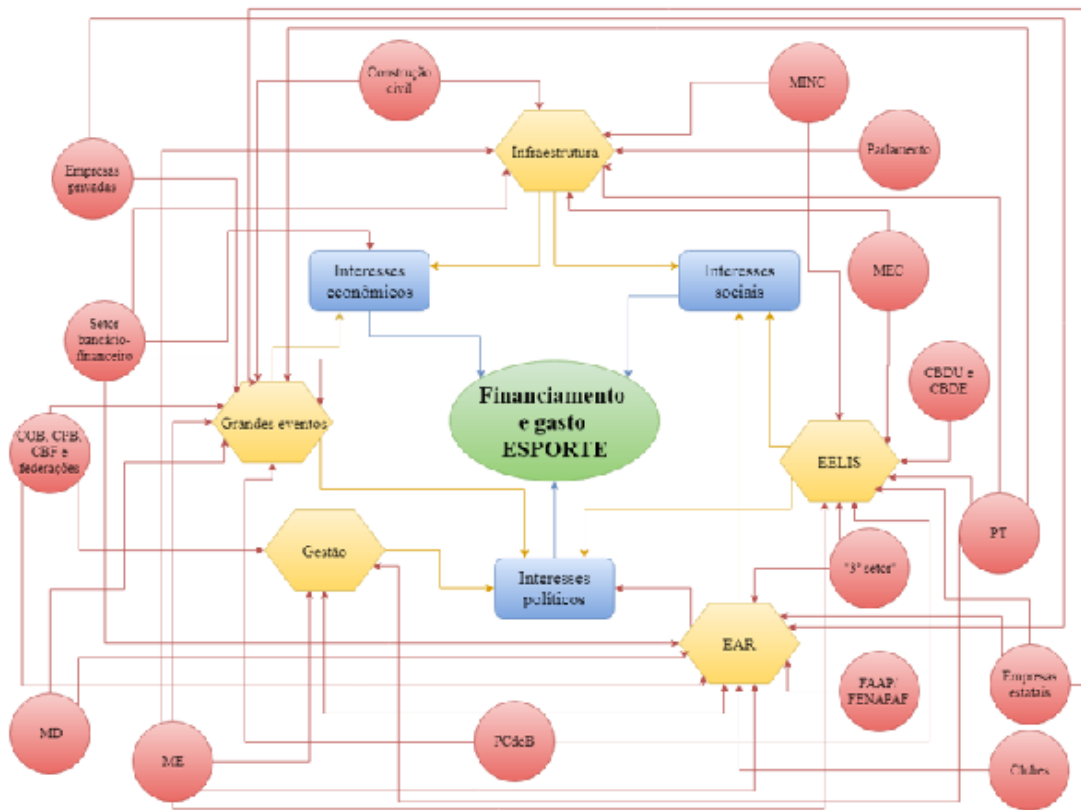


Figura 1. Os diferentes interesses envolvidos no financiamento e gasto com esporte ao longo dos Governos Lula e Dilma

Fonte: Elaboração própria a partir da análise do financiamento e gasto com esporte

A categoria EAR está relacionada a preparação e participação de atletas em competições. Foi a categoria de gasto que teve mais recursos, fruto em grande parte dos recursos das entidades esportivas e do patrocínio das estatais, além de ter contado com recursos do ME, do MD e da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE).

O gasto com EAR envolveu mais diretamente interesses políticos e sociais. Este último contou com o interesse da população para que o país tivesse bom resultado em competições internacionais, com presença de ufanismo. Houve diferentes frações e sujeitos que disputaram recursos de EAR, o destaque são as entidades de administração esportiva – COB, CPB e CBC – e os clubes de futebol, vez que tiveram grande crescimento dos recursos recebidos. O ME foi outra instituição que cresceu o direcionamento de recursos para EAR, justificado em grande parte pela realização dos megaeventos no Brasil, processo que se deu em articulação com entidades de administração esportiva que passaram a tornar o ME refém dos seus interesses (CARNEIRO, 2018). O MD tinha interesses políticos de alocar recursos em EAR para fortalecer o esporte militar, tendo se aliado as entidades de administração esportiva. Empresas privadas e estatais direcionaram recursos para EAR buscando ter exposição de imagem em competições e na mídia.



EELIS é a categoria que se articula às políticas desenvolvidas para que o esporte fosse acessado como direito. O protagonismo foi das ações desenvolvidas pelo ME, bem como pelas entidades recreativas sem fins lucrativos a partir de desonerações tributárias. A categoria também contou com recursos da LIE, do ME, do FNCA, do MINC, da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

EELIS atendeu, principalmente, interesse políticos e sociais. Socialmente houve interesse da população para que existam políticas de esporte direcionadas a garantia da sua prática. As entidades recreativas sem fins lucrativos foram as instituições que mais destinaram recursos para EELIS, pautadas no discurso da solidariedade. Verificamos que o MEC, o MINC, a CBDE e a CBDU contribuíram com a categoria, porém os gastos do ME foram diminuindo ao longo dos anos analisados. Ademais, as empresas privadas e estatais, baseadas no discurso da “responsabilidade social”, direcionaram recursos para EELIS.

A categoria Infraestrutura direcionou recursos para reforma e construção de instalações esportivas, exceto para a realização dos megaeventos. O investimento em Infraestrutura esportiva colocou em sintonia interesses econômicos, políticos e sociais. Os interesses econômicos estão relacionados aos ganhos do setor da construção civil que contribuiu com o aquecimento da economia. Os interesses em Infraestrutura pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se referem a questões econômicas, políticas e sociais, haja vista uma atuação política voltada a perspectiva (neo)desenvolvimentista (MASCARENHAS, 2016). Dos recursos para Infraestrutura, 99,26% foi fruto de emendas parlamentares, o que sinaliza um interesse político dos parlamentares em terem esse tipo de recurso, buscando atender suas bases eleitorais com um viés clientelista. A construção de Infraestrutura esportiva atende também a interesses da população de contar com instalações esportivas na região que mora.

A categoria Megaeventos se articula aos recursos públicos que foram destinados para realização dos Jogos Pan Rio 2007, Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações FIFA 2013/Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio 2016. Os Megaeventos se tornaram o princípio organizador da agenda esportiva brasileira, envolvendo interesses econômicos, políticos e sociais.

O planejamento e realização dos Megaeventos contou com uma articulação entre o Estado – esse processo teve a participação pessoal de Lula, além de contar com governos estaduais e o ME –, as entidades de administração esportiva – que buscavam se fortalecer na política esportiva trazendo o EAR ao primeiro plano – e o mercado – empresas nacionais e internacionais de diferentes setores buscando ter ganhos. Houve momentos em que a população via com bons olhos os Megaeventos, mas em outros questionavam-os.

A categoria Gestão se vincula a gestão e manutenção das instituições responsáveis pela realização de políticas esportivas: ME, COB, CPB, CBC, CBDU e CBDE. Os interesses presentes na disputa pelo gasto com Gestão são predominantemente políticos, embora haja o interesse da sociedade que os órgãos públicos ofereçam atendimento qualificado. Na medida em que é o órgão que realiza a gestão das políticas esportivas em âmbito nacional, o ME foi a instituição que mais recursos teve dessa categoria, contudo as entidades de administração esportiva supracitadas tiveram fortalecimento dos seus recursos, inclusive para Gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os governos Lula e Dilma o esporte passou a ter um papel importante na garantia das condições gerais de produção – mas, sem deixar de lado a função integradora –, se configurando como um meio para alavancar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir dos gastos com Infraestrutura e Megaeventos.

Dessarte, o financiamento e gasto com esporte nos Governos Lula e Dilma atenderam a interesses: econômicos, pela perspectiva (neo)desenvolvimentista, as obras públicas, o aumento do emprego, o aumento do turismo, etc; políticos, a partir de emendas parlamentares, levar o EAR ao primeiro plano da política esportiva, a realização dos Megaeventos e outros; e sociais, com a construção de quadras, ter boa participação das equipes brasileiras internacionalmente, ter políticas de práticas esportivas, etc.



THE DIFFERENT INTERESTS INVOLVED IN FINANCING AND SPENDING ON SPORTS IN THE LULA AND DILMA GOVERNMENTS

ABSTRACT

The study aims to analyze the different interests involved in the dispute over financing and spending on sports in the Lula and Dilma Governments. Methodologically it is characterized as descriptive-analytical, having developed from a documentary research. The financing and spending on sports in the Lula and Dilma Governments counted on economic, political and social interests.

KEYWORDS: *Sports policy; Sports financing; Lula and Dilma Governments.*

LOS DIFERENTES INTERESES DE LA FINANCIACIÓN Y GASTO CON DEPORTE EN LOS GOBIERNOS LULA Y DILMA

RESUMEN

El estudio tiene por objetivo analizar los diferentes intereses involucrados en la disputa por la financiación y gasto con deporte en los Gobiernos Lula y Dilma. Metodológicamente se caracteriza como descriptivo-analítico, habiéndose desarrollado a partir de una investigación documental. El financiamiento y gasto con deporte en los Gobiernos Lula y Dilma contaron con intereses económicos, políticos y sociales.

PALABRAS CLAVES: *Política deportiva; Financiamiento del deporte; Gobiernos Lula y Dilma.*

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, F. H. S. *O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. *E-Legis*, Brasília, v. 11, n. Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte II, p. 119-140, nov. 2018.
- MANDEL, E. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: Mandel, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982. pp. 333-350.
- MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. *RBEFE*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-80, out./dez. 2016.
- TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE*. Brasília: 2019. Disponível em: <http://www.transparencioesporte.unb.br>. Acesso em: 13 mar. 2019.

